COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N°, DE 2021

(Do Sr. Deputado CAPITÃO WAGNER)

Requer a realização de Audiência Pública pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para o fim de debater o tema da "Segurança Pública Básica — Direito Social — Implementação do SUSP com a Efetiva Participação dos Municípios no Combate à Criminalidade".

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública desta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para o fim de debater o tema da e "Segurança Pública Básica — Um Direito Social — Implementação do SUSP com a Efetiva Participação dos Municípios no Combate à Criminalidade", como forma de efetiva contribuição para garantir um avanço significativo para o Brasil, no que se refere a um novo modelo de Segurança Pública, Municipalização da Segurança Pública e Direitos Humanos.

Para tanto, proponho a indicação, como convidados, dos seguintes especialistas e representantes das principais entidades envolvidas no assunto da Segurança Pública Básica no País, para que possam trazer informações e considerações de grande relevância sobre o tema:

- Reinaldo Monteiro da Silva

Presidente da AGM BRASIL – Associação Nacional de Guardas Municipais do Brasil

Telefone fixo e celular: (11) 4673-0466 / (11) 9.4710-6138

E-mail: reinaldo@associacaogcm.com.br;





- Juliana Martins Coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (www.forumseguranca.org.br /)

Tel: (11) 91134-6950 / (11) 3081-0925 E-mail: jmartins@forumseguranca.org.br;

Felipe Angelin
Diretor do Instituto Sou da Paz
E-mail: atendimento@soudapaz.org
Tel: (11) 3093-7333;

- Izdalfredo Ramatis Ismarin Bezerra de Menezes Nogueira Presidente da ANAEGM - Associação Nacional de Altos Estudos em Guardas Municipais.

Telefone fixo e celular: (71) 3202-5300 / (11) 9.8816-6792

E-mail: nogueiraconsult@yahoo.com.br;

Fernando Lourenço da Silva Neto.
Inspetor da GCM de Macapá.
Representante da CONNEGUAM - Comissão Norte e Nordeste de Guardas Municipais.
Telefone fixo ou celular: (96) 99100-2151 .

E-mail: macapaba.ap@hotmail.com

JUSTIFICATIVA

Neste momento, em que a Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que instituiu o Estatuto Geral das Guardas Municipais, completa sete anos de sua edição, o tema da Segurança Pública Básica alcança enorme relevância, como elemento norteador de um novo modelo de Segurança Pública, Municipalização da Segurança Pública e Direitos Humanos no Brasil.

Com efeito, ainda há desafios de ordem administrativa e de coordenação para que as Guardas Municipais possam estar implantadas em todo o território nacional, mas é fato inconteste a melhoria nos indicadores de Segurança Pública nos Municípios com Guardas Municipais atuantes e devidamente regulamentadas, com a redução da criminalidade e, inclusive, do número de homicídios, conforme estudo da Revista Brasileira de Economia, divulgado em outubro de 2018, com a avaliação do impacto da implantação de Guardas Municipais nos Municípios Brasileiros.

Outrossim, merece igualmente o necessário conhecimento, avaliação e discussão pelos nobres membros desta Comissão, quanto às considerações, dados e informações que serão apresentadas pelos





especialistas e representantes das principais entidades envolvidas no assunto da Segurança Pública Básica no País, em especial no que se refere à redução da criminalidade nos Municípios que possuem as Guardas Municipais efetivamente implantadas, os efeitos e resultados do uso de armas de fogo pelas Guardas Municipais devidamente treinadas e capacitadas, bem como a importância da previsão de sua regular implantação para que os Municípios possam acessar os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Apresenta-se, assim, como momento mais que oportuno a realização da Audiência Pública ora requerida, no âmbito desta Comissão de Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em que se poderá debater o tema da "Segurança Pública Básica – Um Direito Social – Implementação do SUSP com a Efetiva Participação dos Municípios no Combate à Criminalidade", como um novo modelo de Segurança Pública, que possa trazer um conceito mais atual de Direitos Humanos, que seja igual para todos e, ao passo que garanta a manutenção do caráter civil das Guardas Municipais, e do policiamento cidadão e comunitário, com foco na preservação dos direitos humanos, igualmente defenda e assegure de forma efetiva a dignidade da atividade dos profissionais de segurança pública e defesa social, que arriscam suas vidas diariamente em prol da sociedade.

Por essas razões, peço aos nobres pares apoio para a aprovação do presente Requerimento de Audiência Pública, a ser realizada perante esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime organizado.

Sala da Comissão, em 18 de agosto de 2021.

Deputado CAPITÃO WAGNER (PROS/CE) Líder do Bloco PROS/PSC/PTB



